

---

**O PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE PIAGET**

---

**Adrian Oscar Dongo Montoya<sup>1</sup>****Resumo**

Este estudo se propõe mostrar o pensamento sociológico de Piaget a partir da análise dos seguintes tópicos: relações entre as partes e o todo societário, relações entre a sincronia e a diacronia, relações entre a ação material e as representações sociais, papel das centrações e descentrações na formação das representações individuais e coletivas. Para cumprir esse objetivo, analisaremos a produção teórica desse autor sobre questões epistemológicas, psicológicas e sociológicas. Não deixaremos de levar em conta os trabalhos de alguns dos seus seguidores, tampouco deixaremos de efetuar comparações com os estudos de Marx. Os resultados desta pesquisa evidenciam uma singularidade do pensamento sociológico de Piaget e uma aproximação com o pensamento de Marx.

**Palavras Chave:** Pensamento sociológico de Piaget; pensamento sociológico de Marx; ação e representação; sincronia e diacronia; ciência e ideologia.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor Livre Docente do Departamento de Psicologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília. São Paulo – Brasil. E-mail: [dongomontoyaa@pop.com.br](mailto:dongomontoyaa@pop.com.br)

---

**THE PIAGET'S SOCIOLOGIC THOUGHT**

---

**Abstract**

The present paper aims at showing Piaget's sociologic thought from the following topics: relation among the parts and the whole social aspects, relation between sync and diachrony, relation between material action and social representations, the role of subjectivismo and objectivism during the formation of individual and collective representations. In order to reach such goal it will be analyzed the author's theoretical formation concerning epistemological, psychological and sociological issues. It will also be taken into consideration some of his followers' studies and the comparison with Marx's studies. The results from this research display the singularity of Piaget's sociological thought and closeness with Marx's thought.

**Keywords:** Piaget's sociological thought, Marx's sociological thought, action and representation, sync and diachrony, science and ideology.

**Introdução**

Pode ser surpreendente afirmar que Piaget realizou contribuições significativas para a definição da pesquisa em sociologia e para o avanço dessa ciência. Essa surpresa procede, sobretudo, do fato de estarmos expostos continuamente a afirmações de que o pensamento de Piaget é não somente individualista e biologista, mas também, conservador e liberal. Essas afirmações reducionistas, expressas por muitos dos seus críticos, e aceitas acriticamente pelos seus seguidores, ocorrem, paradoxalmente, no campo da educação e da psicologia.

Apesar da divulgação intensa desse modo de caracterizar o seu pensamento, não seria possível negar a sua contribuição significativa para a definição da ciência sociológica e negar a formulação radical - busca de raízes e profundidade de análise - do seu pensamento sociológico.

Lucien Goldman (1970), destacado sociólogo marxista francês, na sua obra *Marxismo e ciências humanas* salienta que o método positivo nas ciências humanas e o método marxista alcançaram uma definição precisa com o termo *estruturalismo genético* de Jean Piaget. O mesmo autor, em outra obra teórica (Goldmann, 1972, p.70-71), afirma que “A maioria dos trabalhos concretos relativos à sociedade ou à vida, posteriores a Marx desde Freud até Piaget, possuem uma inspiração estruturalista e genética”. Os estudos de De la Talle, Y. (1992); Freitag, B. (1984); Habermas, J. (1976/1983), evidenciam também contribuições importantes.

Se levarmos em conta o conjunto da obra de Piaget, foram poucos os trabalhos dedicados a temas propriamente sociológicos. Alguns desses trabalhos foram organizados na forma de livro na obra *Estudos sociológicos* (1965/1973) e tiveram como ponto de partida os resultados de pesquisas filosóficas, epistemológicas e psicológicas. Contudo é importante destacar que esses estudos não consistiram em uma simples aplicação de conceitos psicológicos no campo coletivo, mas, sim, num esforço de construção de um novo modo de pensar os problemas sociológicos concretos e de descobrir processos e mecanismos comuns entre a sociologia e a psicologia.

Piaget se interessou tanto pela sociologia como pela psicologia, pois entendia que o desenvolvimento dessa área de conhecimento contribuiria significativamente para o avanço da epistemologia genética, e isso reciprocamente. Como se sabe, embora isso não seja corrente, a epistemologia genética tem como fonte de apoio científico tanto a psicologia quanto a sociologia.

Piaget postula que, apesar das diferenças entre sociologia e a psicologia, não existe uma oposição e dicotomia entre elas, pois ambas as disciplinas enfrentam os mesmos problemas básicos. Ambas as ciências estudam a conduta

humana - individual e coletiva - em sua adaptação ao meio ambiente físico e social. Desse modo, tanto no comportamento individual quanto no comportamento coletivo, certos problemas básicos se colocam de maneira análoga: relação entre o todo e as partes, relação entre ações materiais e as representações, relações entre estrutura e gênese, papel dos fenômenos de concentração e de desconcentração na formação das representações individuais e coletivas (ciência e ideologia), etc.

É na solução teórica desses problemas que procuraremos encontrar processos e mecanismos básicos postulados por esse autor sobre o desenvolvimento societário. É na solução desses problemas que encontraremos um modo de pensar singular desse autor que, em grandes linhas, se aproxima à sociologia de Carl Marx. As convergências desses dois pontos de vista não são casuais, mas se originam num ponto de partida comum: a explicação da consciência e das representações em função da ação material (esquemas de ação e trabalho). Além disso, subjaz aos trabalhos de ambos os autores uma concepção relacional e dialética do desenvolvimento da vida humana.

Assim como a psicologia foi levada a compreender que os dados da consciência não explicam nada de maneira causal, e que a única explicação causal deve remontar da consciência às condutas, quer dizer à ação, assim também a sociologia, descobrindo a relatividade da superestrutura em relação às infraestruturas, apela não às explicações ideológicas, mas sim à explicação da ação: ações executadas em comum para assegurar a vida do grupo social em função de certo meio material, ações concretas e técnicas, que se prolongam em representações coletivas, em vez de derivar delas, a título de aplicações. (Piaget, 1965/1973, p. 24).

Do mesmo modo que Piaget procurou superar, no campo da psicologia, a dicotomia instalada secularmente entre consciência e conduta, Marx procurou superar, no campo da sociologia, a dicotomia entre consciência social e ação material (trabalho). Todavia é importante destacar que, para ambos os autores,

a superação da dicotomia exige reconhecer que a evolução das relações sociais e da consciência não se processa de maneira linear e mecânica.

Por outro lado, é importante observar que a pesquisa em sociologia pode focar tanto o desenvolvimento dos conhecimentos (sociologia do conhecimento) quanto os modos de organização das próprias coletividades; noutros termos, a análise sociológica pode focar tanto a análise da epistemologia do desenvolvimento dos conhecimentos coletivos (ciência e ideologia) quanto a análise do funcionamento e estruturação de uma determinada sociedade. Procuraremos focar ambos os aspectos.

**Relação entre o todo e a parte: A concepção relacional e a tese da indissociabilidade indivíduo-sociedade.**

As teses sociológicas clássicas de Comte e Durkheim representam um avanço significativo em relação às concepções que tiveram como base o criacionismo medieval e a concepção inata da “natureza humana”. Contudo, o avanço da reflexão sociológica desses autores conduziu a colocar as relações entre indivíduo e sociedade a partir da determinação unilateral do todo social. Assim, observando e analisando as realidades societárias concretas em seu conjunto, eles chegaram a considerar o indivíduo e seu comportamento mental como resultados apenas da ação da totalidade social e não como uma realidade ativa que interfere na constituição do todo. Desse modo, se estabelece outro modelo explicativo que dissociou o indivíduo e o todo societário.

A nova relação estabelecida entre indivíduo e sociedade conduziu a problemas fundamentais da explicação sociológica, tais como: se o indivíduo constitui o elemento e a sociedade o todo, como o todo modifica os elementos pelos quais o todo está formado? A modificação dos indivíduos se efetua somente pela coação e pela imposição dos caracteres que preexistem no todo? De onde surgem essas propriedades preexistentes no todo?

Entre as soluções apresentadas sobre a relação entre indivíduo e totalidade, podem-se perceber três, com as nuances que as caracterizam.

Em primeiro lugar, pode-se evidenciar o esquema atomístico, o qual reconstrói o todo pela adição das propriedades dos elementos. Historicamente, este ponto de vista, representado pelas ideias de Rousseau, explicou as características do todo coletivo pelos atributos da natureza humana inata dos indivíduos. Esse ponto de vista não percebeu que esse modo de analisar os comportamentos trocava as causas pelos efeitos da socialização humana.

Em segundo lugar, a solução apresentada por Durkheim e Comte pode ser caracterizada como o esquema da *emergência*, segundo o qual o todo não é resultado da soma dos elementos supostamente estruturantes, mas, pelo contrário, o todo acrescenta um conjunto de propriedades novas, estranhas aos elementos estruturados por ele. Mas a questão que precisa responder é: De onde resultam as propriedades novas do todo? Essas propriedades emergem espontaneamente da reunião dos elementos?

Para esse segundo ponto de vista, como se explica a consciência coletiva? É interessante observar que este ponto de vista, embora rejeite a consciência individual na explicação do todo, apela ao “espírito humano” para explicar a consciência coletiva. Desse modo, a sociologia durkheimiana ao eximir a origem da consciência coletiva à Psicologia transfere todo seu peso para si.

A consciência coletiva, herdeira de poderes até então inatos ou a priori do espírito, apresenta, com efeito, este inconveniente de permanecer uma consciência, ou um foco inconsciente, quer dizer, de herdar deste substancialismo e desta causalidade espirituais, dos quais a sociologia só exime a psicologia, para transferir todo o seu peso para si: a transposição das posições só é então aparente e consiste num simples deslocamento dos problemas genéticos, sem renovação real (Piaget, 1965/1973, p. 33).

Em terceiro lugar, o esquema do relativismo ou da sociologia concreta postula que o todo social não é a reunião de elementos anteriores, nem uma entidade nova que emerge espontaneamente da reunião dos elementos, mas sim um sistema de relações onde cada relação engendra, enquanto relação em si mesma, uma transformação dos termos que une. Esse ponto de vista é postulado por Piaget.

Para Piaget, defender as relações ou interações como base da organização social, longe de apelar para características individuais, como muitos dos seus críticos pensam, significa reafirmar uma posição dialética e relacional, significa postular uma sociologia concreta focada na interação e distante da sociologia apoiada nos caracteres individuais.

Segundo esse autor, o caráter individualista de algumas sociologias, que também recorrem à interação, decorre muito mais das insuficiências das análises psicológicas que do conceito de interação. Assim, segundo ele, quando certos autores explicam a vida social, o fazem através de psicologia elementar, que atribui ao indivíduo uma lógica já feita ou uma coleção de instintos permanentes; não observam que as entidades consideradas por eles como fatos individuais básicos dependem delas também de interações mais profundas. Como se sabe, a pesquisa psicogenética de Piaget (1936/1977, 1937/1996) mostrou que a formação da *lógica das ações* e das noções práticas do mundo real (causalidade, espaço, tempo e objeto) dependem de interações mais profundas, que se produzem no plano da ação material. Elas não se encontram pré-formadas nos instintos nem nos dados exteriores.

O defeito comum da maior parte das explicações sociológicas é de ter querido de antemão constituir uma sociologia da consciência ou mesmo do discurso, enquanto que na vida social, como na vida individual, o pensamento procede da ação e a sociedade é essencialmente um sistema de ações, cujas interações elementares consistem, no sentido próprio, em ações modificando umas as outras, segundo certas

leis de organização ou de equilíbrio: *ações técnicas de fabricação, ações morais e jurídicas de colaboração ou de coação e opressão. Ações intelectuais de comunicação, de pesquisa em comum, ou de crítica mútua, brevemente de construção coletiva e de correspondência das operações* (Piaget, 1965/1973, p.34, grifo nosso).

Em todos os níveis e em todos os campos de atuação, o que se constata são relações ou interações que modificam os termos que as unem; tanto as relações de coerção como as relações de cooperação produzem efeitos nos termos que as unem e desse modo, interferem de algum modo - estabilizando ou desequilibrando - o sistema de relações ou interações. As ações técnicas, morais e intelectuais podem ser de natureza coercitiva ou de opressão e de cooperação ou de solidariedade. Ambas as formas de relação têm efeitos opostos. São justamente estas últimas que possibilitam a transformação das formas sociais de opressão e que afetam tanto o oprimido quanto o opressor, tanto os indivíduos como as estruturas de opressão, como bem observa Paulo Freire (2006, 2007, 1997).

Esse ponto de vista encontra correspondência na concepção sociológica de Marx. Este autor observa também solidariedade entre indivíduo e sociedade e indissociabilidade entre o todo e a parte. Para este autor, é mister evitar conceber a *sociedade* como uma abstração com que se defronta o indivíduo.

O indivíduo é um ser social. A manifestação da vida - ainda quando não apareça diretamente sob a forma de manifestação comunal, realizada em associação com outros homens - é, por conseguinte, uma manifestação e afirmação de vida social. A vida humana individual e a vida-espécie não são coisas diferentes, conquanto o modo de existência da vida individual seja um modo necessariamente mais 'específico' ou mais 'geral' da vida-espécie, ou o modo de existência da vida-espécie seja um modo mais específico ou mais geral de vida individual (Marx, 1975).

Bertell Ollman (1975), destacado pesquisador inglês da teoria marxista, defende que a novidade da teoria de Marx é propor a *relação social* como objeto de estudo. Segundo ele, na concepção de Marx sobre a realidade social, a

relação social é a unidade mínima de investigação. Segundo esse autor, a compreensão dessa unidade seria a base (o miolo) para compreender a sociologia marxista, cujo objeto de estudo é a sociedade, mas a sociedade concebida em termos de relações ou interações indissociáveis.

Assim, para o terceiro ponto de vista, interacionista ou relacional, não poderão existir conflitos entre a sociologia e a psicologia. Pelo contrário, ambas estudam de modo solidário os dois aspectos complementares - individual e social - das condutas do homem em sociedade, trate-se de luta, de cooperação, ou de qualquer variedade intermediária de comportamento comum.

Para Piaget, cada relação social ou interação social constitui uma totalidade nela mesma, produtora de características novas e transformando o indivíduo em sua estrutura mental.

Da interação entre dois indivíduos à totalidade constituída pelo conjunto das relações entre indivíduos de uma mesma sociedade, há, pois, continuidade e, definitivamente, a totalidade assim concebida aparece como consistindo não de uma soma de indivíduos, nem de uma realidade superposta aos indivíduos, mas de um *sistema de interações modificando estes últimos em sua estrutura própria* (Piaget, 1965/1973, p. 35, grifo nosso).

### **Questão da sincronia e diacronia no desenvolvimento societário**

As dificuldades relativas ao problema da explicação do desenvolvimento coletivo - assim como do desenvolvimento individual - se devem à questão das relações entre a história dos fatos sociais (gênese) e o equilíbrio alcançado (estrutura) das relações na sociedade num momento determinado do seu desenvolvimento. Nesse sentido, cabe a seguinte pergunta: Pode-se conceber a evolução coletiva como uma tendência para um equilíbrio terminal, como é o caso da evolução mental, ou ela consiste simplesmente numa alternância de fases mais ou menos equilibradas ou de desequilíbrios mais ou menos profundos? Existe uma mesma explicação do devir social?

Segundo Piaget, existem dois exemplos históricos que trataram de explicar o devir social: o primeiro, de Durkheim, que centrou toda a sua doutrina no método histórico às custas dos aspectos sincrônicos; o segundo, de Pareto, que sacrificou a questão do desenvolvimento a favor da análise do equilíbrio. A solução apresentada por esses autores estaria mostrando a dificuldade de conciliar a sincronia e a diacronia e a facilidade de postular soluções dualistas.

Trataremos, portanto, num primeiro momento, de compreender as razões das dificuldades de integrar a gênese e o equilíbrio.

Segundo Piaget, existem duas razões para essa dificuldade. A primeira se refere ao conteúdo mesmo do pensamento sociológico que diz respeito à natureza da totalidade social: esta não é integralmente composta e participa do fortuito, da desordem, do conflito. Tal característica exige a adaptação da explicação sociológica. A segunda se refere à natureza formal do pensamento sociológico quando diz respeito às normas e regras sociais. Enquanto a explicação da gênese é tanto mais causal, na medida em que se refere às ações efetivas as normas e regras exigem uma análise distinta. Estas dependem de relações implicativas. É a passagem do causal para o implicativo, que constitui a segunda razão da dificuldade inerente às explicações sociológicas.

No que se refere à primeira razão da dificuldade, a existência do fortuito e de desequilíbrios (conflitos) no desenvolvimento das sociedades levanta um desafio difícil de ser superado. Seria fácil pensar a síntese do diacrônico e sincrônico se o conjunto dos fatos sociais estivesse submetido às leis de uma evolução dirigida ou de uma equilibração gradual sem desordem e desequilíbrios. Foi o que os construtores das grandes leis evolutivas (Comte e Spencer) quiseram atingir, mas tais tentativas foram consideradas inconsistentes. Contrariamente a essa solução, a concepção de Piaget postula a sucessão de desequilí-

brios e conflitos (muitas vezes profundos) que precedem uma equilibração maior. Nesse ponto, existiria aí um encontro com as teses de Marx, quando este postula um estado de equilíbrio ulterior na sociedade socialista.

A concepção marxista de um encadeamento dos fatos econômicos para um estado estável de equilíbrio final evidencia, em compensação, a existência de lutas e oposições contínuas; desse modo volta-se a conceber a história como uma sucessão de desequilíbrios mais ou menos profundos, precedendo uma equilibração ulterior (Piaget, 1965/1973, p.51).

No que se refere à segunda razão, a superação da dualidade entre a diacronia e a sincronia dependerá da correspondência entre os elementos de causalidade e de implicação. Uma relação de causalidade é diacrônica por estar submetida a uma sucessão temporal, enquanto um laço de implicação é sincrônico por estar envolvido em relações de integração de natureza implicativa ou atemporal (lógica).

Segundo Piaget, fatos sociais - como as regras, os valores e sinais - procedem da ação executada em comum e dirigida sobre a natureza, mas os três ocasionam relações que ultrapassam a causalidade e constituem implicações (normas). O problema é saber como as diversas teorias sociológicas unem as conexões causais às implicações.

É importante lembrar que as explicações no campo individual oscilam entre a causalidade e a implicação, segundo se aproximem ao tipo organicista, ao tipo lógico e ao tipo operatório que procura assegurar a passagem da ação material à necessidade consciente. Do mesmo modo, as explicações sociológicas oscilam entre o recurso aos fatores materiais (população, meio geográfico e produção econômica), à *consciência coletiva* e à explicação operatória que liga as relações de implicação às ações causais.

O modelo durkheimiano de explicação estaria ao mesmo tempo centrado sobre as normas e sobre a ação causal (do todo social sobre os indivíduos). Nesse modelo, por um lado, toda causalidade social se reduz à *coação*, que é a pressão da totalidade do grupo sobre os indivíduos que a compõem; por outro, todas as implicações inerentes à *consciência coletiva* (ou conjunto de representações engendradas pela vida social) se reduzem a relações entre normas. A causalidade inerente ao todo social e o sistema das implicações da consciência coletiva formam um todo simultâneo, pois a coação social, constituindo uma força ou uma causa, é vista objetivamente na sua materialidade e a obrigação (norma e valor) subjetivamente, como repercussão sobre as consciências.

A explicação durkheimiana é inconsistente e reside no fato em que ela situa, desde o início, as normas, os valores e as causas materiais num mesmo plano, em vez de proceder a uma análise dos diversos tipos e níveis de interações que podem ser heterogêneas e apresentar relações variáveis entre seus elementos de causalidade e seus elementos de implicação.

O segundo exemplo de explicação sociológica é o do esquema de Pareto (referido por Piaget, 1965/1973), que apela para as interações sociais. Contudo, para este autor, as bases da sociedade apresentam uma constância inalterável apoiada em comportamentos individuais instintivos, que se exprimem em constâncias lógicas e afetivas e não como resultados das próprias interações.

Segundo Piaget, à primeira vista, a explicação de Pareto parece essencialmente causal, pois o equilíbrio social está condicionado a uma composição de forças materiais primárias. Mas, para ele, essas forças são reduzidas a espécies de tendências instintivas, que se manifestam na consciência dos indivíduos sobre a forma de sentimentos e ideias, isto é, de implicações. Desse modo, Pareto estaria considerando as ideologias (superestrutura) como simples

reflexos de interesses reais (infraestrutura); somente essas tendências efetivas ou de interesses são permanentes e representam não somente causas, mas também valores (implicações). Assim, tanto para Pareto como para Durkheim, as causas e as implicações são dadas desde o início em proporção constante; somente num caso a causa se localiza no indivíduo e, no outro, no meio externo.

Contrariamente a Durkheim e Pareto, o modelo explicativo de Piaget privilegia as interações, as quais se produzem desde as formas mais elementares e se prolongam e sucedem nos diversos níveis de organização.

A tese de Piaget se assemelha à tese de Marx: o ponto de partida da explicação marxista é causal, pois os fatores de produção, enquanto interação entre o trabalho humano e a natureza, são os que determinam as primeiras formas de organização social. Entretanto, para este autor, já desde o início, aparece o elemento implicativo ligado aos valores de trabalho. O trabalho é uma ação organizada e a eficácia das ações cumpridas em comum determina um elemento normativo.

Desde o início, o modelo marxista se coloca, pois, sobre o terreno da *explicação operatória*, a conduta do homem em sociedade determinando sua representação e não o inverso, e a implicação se desenvolvendo pouco a pouco a partir de um sistema causal preliminar que ela duplica em parte, mas não substitui. Com a diferenciação da sociedade em classes e com as diversas relações de cooperação (no interior de uma classe) ou de luta e coação, as normas, valores e sinais (inclusive as ideologias) dão lugar a superestruturas diversas (Piaget, 1965/1973, p. 56, grifo nosso).

Para Piaget, o modelo explicativo marxista, assim como o dele, se coloca desde o começo sobre um terreno de explicação operatória: a conduta do homem em sociedade determinando sua representação, e não o inverso.

Ora, diz Piaget, poder-se-ia estar tentado a interpretar o modelo marxista como uma desvalorização de todos os elementos de implicações, por

oposição à causalidade que caracteriza a infraestrutura. Mas basta considerar a maneira como Marx interpreta o equilíbrio social atingido pela sociedade quando esta consegue, num futuro próximo, instaurar o socialismo. Nesse equilíbrio alcançado pode-se constatar o papel que Marx faz desempenhar às normas morais racionais assim como aos valores culturais em geral e, com isso, apreender o papel crescente que ele atribui às implicações conscientes nas interações.

Assim, contrariamente às explicações de Durkheim e de Pareto, que fundem num só todo - no coletivo ou no indivíduo - a causalidade e as implicações normativas, a explicação marxista, pelo contrário, que dissocia o sincrônico e o diacrônico, diferencia igualmente as partes respectivas da causalidade e da implicação nos diversos níveis de interações que ela distingue.

Assim, existiria convergência entre a análise de Piaget e Marx sobre o modo de analisar as relações entre a diacronia e sincronia no desenvolvimento coletivo, contrariamente às análises de Durkheim e Pareto. Seria a explicação operatória a base comum entre Piaget e Marx, pois para ambos os autores a organização e reorganização da ação humana (individual e coletiva) passa por conflitos e desequilíbrios profundos até alcançar estados de equilíbrio relativamente estáveis. Além disso, para ambos os autores as relações de implicação (tomada de consciência mais profunda) se tornam cada vez mais importantes na medida em que os equilíbrios alcançados são mais estáveis. Os leitores de Piaget observarão nesta interpretação a força da teoria da equilibração formulada por esse autor nas últimas décadas de sua produção intelectual. É justamente o sociólogo Lucien Goldmann (1972) que de um modo preciso, utiliza essa teoria para mostrar as transformações que ocorrem nas sociedades. Contudo, a teoria da equilibração desenvolvida por Piaget no campo psicológico não pode aplicar-se sem mais no campo sociológico. As realidades coletivas possuem as suas

particularidades; por isso, a teoria da equibração constitui uma fonte de inspiração para a análise e pesquisa sociológica.

### **Relações entre ações materiais e representações coletivas**

Para Piaget, a consciência e as representações dos indivíduos procedem das ações que se esquematizam; a consciência e as representações coletivas procedem também das ações materiais coletivas e não o contrário.

Como se sabe, para Piaget a consciência e as diversas formas de representações individuais assentam suas raízes no saber prático ou nos esquemas sensorio-motores. Assim, o conceito ou capacidade de representação conceitual da criança constitui o prolongamento com reorganização desses esquemas, na medida em que ela enfrenta novos desafios de adaptação (distâncias espaço-temporais maiores e interações sociais que precisam levar em conta os pontos de vista dos outros).

Essa tese de Piaget é a que diferencia essencialmente a sua teoria de desenvolvimento psicológico em relação a outras: incluídas aquelas que muitas vezes se reclamam marxistas e dialéticas. Tal tese não se refere somente ao desenvolvimento cognitivo, como se pode pensar apressadamente; refere-se também ao desenvolvimento da vida moral e afetiva. É justamente nesse processo de continuidade e transformação dos esquemas práticos em conceitos, noções e juízos, que o conhecimento de mundo e o juízo moral se desenvolvem. É em virtude desse processo que o conhecimento ocorre em função do processo de "Tomada de consciência" e não da simples transmissão de conteúdos culturais. É nisso que reside, a nosso ver, a radicalidade do pensamento epistemológico e científico de Piaget.

Do mesmo modo que Piaget, Marx inaugura uma sociologia concreta que se funda na ação humana, como evidencia a sua famosa frase: "Não é a

consciência do homem que determina sua maneira de ser; é sua maneira de ser social que determina sua consciência”.

Segundo Piaget, portanto, a concepção essencialmente concreta de Carl Marx fornece um quadro singularmente melhor que as concepções idealistas.

O mérito de Carl Marx é, com efeito, ter distinguido nos fenômenos sociais uma infraestrutura efetiva e uma superestrutura oscilante entre o simbolismo e a tomada de consciência adequada, no mesmo sentido (e Marx o declara explicitamente) onde a psicologia é obrigada a distinguir entre o comportamento real e a consciência. A subestrutura são as ações efetivas ou as operações, consistindo em trabalho e em técnicas e unindo os homens em sociedade à natureza: *relações materiais*, diz Marx, *mas deve-se entender bem que desde as condutas mais materiais de produção, há troca entre o homem e as coisas, isto é, interação indissociável entre os sujeitos ativos e os objetos*. É esta atividade do sujeito em interdependência com as reações do objeto que caracteriza essencialmente a posição “dialética”, por oposição ao materialismo clássico (Piaget, 1965/1973, p. 87-88, grifo nosso).

Contrariamente aos pensadores idealistas, para ele o primeiro pressuposto de toda a história humana é a existência de indivíduos humanos vivos e o primeiro ato histórico desses indivíduos, pelo que se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzir seus meios de vida (o trabalho). Destacamos aqui o pensamento materialista e dialético de Marx a partir da sua crítica ao idealismo da filosofia alemã do século XIX, na sua obra clássica *A ideologia Alemã* (1977).

A produção de ideias, de representações, da consciência, está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. A consciência jamais pode ser outra coisa do que ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida. (Marx, 1977, p.36-37)

É nessa perspectiva de análise que podemos encontrar, mais uma vez, convergência teórica entre o pensamento de Piaget e a sociológica de Carl Marx, pois, para este autor, contrariamente a autores que explicam o comportamento humano - individual e social - em função das representações, são as ações que explicam as representações.

#### **A centração e descentração na formação das representações coletivas (ideologia e ciência)**

Para Piaget, o desenvolvimento do pensamento coletivo conduz a resultados exatamente paralelos ao desenvolvimento individual. Nesse sentido, destacam-se três momentos significativos em ambos os desenvolvimentos.

Na dimensão individual, o primeiro momento é constituído pelos sistemas práticos ou sensório-motores, os quais alcançam um começo de descentração quando seus esquemas se coordenam, enquanto meios e fins, e o sujeito se situa como um elemento a mais entre os objetos sobre os quais atua. É o momento do acabamento da inteligência e da construção do real pela criança no plano da ação prática. No segundo momento, o sujeito que inicia a atividade representativa e conceitual assimila o real a esquemas iniciais de pensamento que exprimem uma atitude fenomenista e egocêntrica. É o momento onde a atividade adaptativa da criança, no plano da representação, exprime explicações animistas e realistas dos fenômenos físicos e sociais. No terceiro momento, a assimilação do real a esquemas coordenados num sistema operatório de conjunto provoca a descentração *sistemática* em relação ao eu e às noções subjetivas; é o momento inicial de objetividade e coerência na explicação do mundo.

É importante destacar que o progresso do conhecimento individual não consiste somente numa integração direta e simples dos esquemas iniciais nos esquemas ulteriores, mas numa inversão gradual e essencial de sentido que

retira o privilégio ao ponto de vista próprio, para inseri-lo num sistema que o subordina à reciprocidade de todos os pontos de vista e à relatividade inerente aos agrupamentos operatórios.

No pensamento coletivo, de maneira análoga ao pensamento individual, podem-se distinguir três momentos essenciais de construção: num primeiro momento existem, nas diversas sociedades humanas, as técnicas ligadas ao trabalho material e às ações que o homem exerce na natureza; são relações suscetíveis de eficácia e, conseqüentemente, de objetividade, mas relações cuja tomada de consciência permanece parcial, porque ligada aos resultados obtidos e não à compreensão das conexões recíprocas entre os estados pelos quais passa a transformação. Num momento posterior, existe um pensamento científico ou operatório, que prolonga em parte as técnicas, mas as completa, acrescentando uma compreensão das relações e, principalmente, acrescentando ações coordenadas em sistemas de composição, que são as operações de cálculo, de dedução e de explicação.

Na história humana, entre a técnica e a ciência nem sempre existiu uma sucessão imediata. Pelo contrário, sempre se inseriu um meio termo, cujo papel foi às vezes obstáculo ao conhecimento científico: é o conjunto das formas coletivas de pensamento, nem técnicas nem operatórias, procedendo por simples especulação. Essas formas de pensamento são as ideologias de todos os gêneros, cosmogônicas ou teológicas, políticas ou metafísicas, que se estabelecem entre as representações coletivas mais primitivas e os sistemas reflexivos mais refinados (Piaget, 1972).

É importante destacar que esse meio termo é essencialmente socio-cêntrico, centrado nos valores dominantes de uma sociedade ou de uma classe

social, diante do qual o pensamento científico, como o pensamento operatório individual, precisa descentrar-se.

Ora, o resultado mais importante das análises sociológicas conduzidas sobre este meio termo, nem técnico e nem operatório, do pensamento coletivo, foi mostrar que ele é essencialmente sociocêntrico, enquanto que a técnica e a ciência constituem duas espécies de relações objetivas entre os homens em sociedade e o universo; a ideologia sob todas as suas formas é uma representação das coisas centrando o universo sobre a sociedade humana, sobre suas aspirações e sobre seus conflitos (Piaget, 1965/1973, p.79).

Assim, podemos formular que a hipótese de Piaget sobre o desenvolvimento coletivo do conhecimento exige, inevitavelmente, um processo de descentração, análogo ao pensamento individual.

Assim como o advento do pensamento operatório supõe, no indivíduo, uma descentração em relação ao pensamento egocêntrico e ao eu, descentração necessária para permitir à operação prolongar as ações das quais ela procede, assim também o pensamento científico exigiu sempre, no desenvolvimento social, uma descentração necessária para permitir ao pensamento científico continuar a obra das técnicas na qual coloca suas raízes (Piaget, 1965/1973, p. 79).

Segundo Piaget, a sociologia operatória de Marx liga a ciência às técnicas e fornece às ideologias um importante instrumento crítico. Permite descobrir o elemento sociocêntrico até nos produtos mais refinados do pensamento metafísico contemporâneo.

Para ambos os autores, então, a objetividade perseguida pelo pensamento científico se subordina a uma condição preliminar: descentração dos conceitos em relação às ideologias superestruturais e sua relação com as ações concretas sobre as quais repousa a vida social.

Nada é mais significativo no que concerne à necessidade desta descentração fundamental, que comparar as concepções idealistas do desenvolvimento coletivo (tal como a lei dos três estados de Augusto Comte, tornada a teoria da consciência coletiva em Durkheim) aos conceitos marxistas da infraestrutura técnica e da superestrutura ideo-

lógica, inspirados pelo sentimento vivo dos desequilíbrios e dos conflitos sociais. Esses três autores concordam quanto ao caráter sociocêntrico das ideologias, mas enquanto Comte e Durkheim veem na ciência o prolongamento natural do pensamento sociomórfico, uma sociologia operatória como a de Marx reúne, pelo contrário, a ciência à técnica e fornece, quanto às ideologias, um remarcável instrumento crítico, permitindo descobrir o elemento sociocêntrico até nos produtos mais refinados do pensamento metafísico contemporâneo. *Subordina assim a objetividade perseguida pelo pensamento científico a uma condição preliminar e necessária, que é a descentração dos conceitos em relação às ideologias superestruturais, e sua relação com as ações concretas sobre as quais repousa a vida social* (Piaget, 1965/1973, p. 80, grifo nosso).

Contrariamente ao idealismo de Durkheim e às formas individualistas de tratar o problema, para Piaget a concepção essencialmente concreta de Carl Marx forneceria, sobre o problema das ideologias e das formas racionais de pensamento coletivo, um quadro que converge com os dados da psicogênese do conhecimento. Segundo Piaget, portanto, o mérito de Marx foi ter distinguido nos fenômenos sociais uma infraestrutura efetiva e uma superestrutura que oscila entre o simbolismo e a tomada de consciência adequada, no mesmo sentido em que a psicologia é obrigada a distinguir entre o comportamento efetivo e a consciência.

Para Marx, a infraestrutura constitui as ações efetivas ou as operações materiais, consistindo em trabalho e em técnica que unem os homens em sociedade à natureza. Essas relações são relações materiais de produção, onde existem trocas entre o homem e as coisas, entre os sujeitos ativos e os objetos.

É essa atividade do sujeito em interdependência com as reações dos objetos que, segundo Piaget, caracteriza essencialmente a posição dita *dialética* de Marx, por oposição ao materialismo mecanicista, que atribui um papel receptivo ou passivo aos sujeitos do conhecimento.

Por outro lado, segundo Piaget, a superestrutura social é para a infraestrutura o que a consciência do homem individual é para sua conduta. As-

sim como a consciência individual pode ser ou uma apologia de si mesmo - uma transposição simbólica ou um reflexo inadequado do comportamento - ou um pensamento que conquista a realidade, assim também a superestrutura social oscilará entre a ideologia e a ciência.

Se a ciência prossegue e reflete a ação técnica sobre o plano do pensamento coletivo, a ideologia constitui essencialmente, pelo contrário, um simbolismo sociocêntrico, centrado não sobre a sociedade inteira, que está dividida e sujeita às oposições e à luta, mas sobre subcoletividades que são as classes sociais com seus interesses (Piaget, 1965/1973, p. 88).

É para a análise sistemática desse simbolismo ideológico que se consagraram os discípulos contemporâneos de Carl Marx.

As pesquisas de L. Goldmann (1970, 1972), que prolonga as pesquisas de G. Lukacs mostram que a criação dos grandes sistemas especulativos constitui essencialmente a satisfação pelo pensamento de necessidades dominantes relativas ao desenvolvimento de uma classe social durante determinado período da história das sociedades nacionais. É assim que, segundo esse autor, a luta da burguesia europeia contra o feudalismo e, depois, sua libertação comportaram a constituição de certo número de ideais que dominam todo o pensamento metafísico ocidental.

Esse modo de análise é de extrema importância, pois, do ponto de vista sociológico, permite fornecer uma interpretação adequada das ideologias e de sua extensão real, evitando um duplo abuso: situando-as no mesmo plano que o pensamento científico ou as depreciando e as recusando de toda sua significação funcional.

Na realidade, uma ideologia é a expressão conceituada dos valores nos quais creem um conjunto de indivíduos e, como tal, preenche uma função ao mesmo tempo positiva e bem distinta daquela da ciência. A ideologia traduz

uma tomada de posição que ela defende ou procura justificar, enquanto a ciência constata e explica.

### **Considerações finais**

1- Diante das concepções sociológicas correntes – esquema atomístico e esquema da emergência – sobre a relação indivíduo e sociedade, Piaget se propõe interpretar a sociedade como sistema de relações ou interações entre indivíduos. Nesse sentido, entre o pensamento de Piaget e Marx existiria um ponto de partida comum: a concepção relacional da realidade social. Essa visão, de herança hegeliana, permite sustentar a indissociabilidade entre indivíduo e sociedade.

2- Diferentemente às concepções filosóficas idealistas, para Piaget a consciência - no plano individual e coletivo - se explica pela ação material do homem sobre os objetos. O conceito e as noções do mundo constituem o prolongamento com reorganização do esquematizo sensório motor ou do saber prático da criança e do homem. Assim, a possibilidade de integrar gênese e estrutura, diaconia e sincronia se produz a partir de uma explicação operatória. Para Marx, as relações de trabalho do homem sobre a natureza explicam as formas que assumem as suas representações sociais. Assim, para ambos os autores existe uma explicação operatória da consciência e das representações sociais, o que permite superar a visão mecanicista do materialismo vulgar.

3- Na perspectiva de superar as dificuldades de integrar sincronia e diacronia no campo sociológico, Piaget defende que é preciso levar em conta os conflitos ou desequilíbrios sociais como formas prévias aos estados de equilíbrios alcançados pelas sociedades, além disso, é preciso entender que os fatores de causalidade e de implicação se sucedem segundo os níveis de organização das interações sociais. Esse modo de pensar é análogo à explicação marxista.

Para Marx, os fatores de produção (fator causal), enquanto interação entre o trabalho humano e a natureza, determinam as normas e regras sociais; no entanto, na medida em que a sociedade assume formas mais equilibradas de organização societária (socialismo) é o aspecto implicativo que se mostra mais importante.

A possibilidade, portanto, de superar a dicotomia entre sincronia e diacronia ocorre, segundo Piaget, na medida em que se postula uma explicação operatória do desenvolvimento societário: continuidade com reestruturação das ações humanas.

4- No que diz respeito à questão da subjetividade ou objetividade das representações sociais, é importante reconhecer que, para Piaget, o meio termo que se instala entre a técnica e as formas racionais de representação é a ideologia que se expressa de diversas formas. Contrariamente, a objetividade perseguida pelo pensamento científico se subordina a uma condição preliminar: descentração em relação aos valores e interesses do grupo e de classe (sociocentrismo). Entretanto, na medida em que as ideologias respondem a valores e interesses de grupos e classes em conflito, elas podem cumprir funções diferentes: justificar estruturas opressivas, injustas e cristalizadas secularmente ou promover a transformação dessas relações rumo a uma sociedade mais justa e, por isso, de um estado de maior equilíbrio.

5. Verificar a concepção relacional e dialética de Piaget no campo sociológico possibilita um novo olhar do seu pensamento filosófico e científico. Trata-se de um pensamento totalizante do comportamento humano, onde novas integrações não deixam de levar em conta diferenciações alcançadas. Trata-se de um pensamento integrador que não deixa de lado o dinamismo dos pro-

cessos históricos e a intervenção das diferentes dimensões da ação humana: as dimensões econômica, sociológica, antropológica, linguística, psicológica, etc.

Nesse contexto, a sociologia que ele traz está comprometida com um pensamento radical, pois se propõe questionar, nos seus fundamentos, as concepções sociológicas tradicionais. Assim, a sua proposta evidencia a necessidade de tratar de forma dialética temas como infraestrutura e superestrutura, os conflitos entre grupos e classes sociais no desenvolvimento societário e na produção das representações sociais.

Nessa olhar, questões capitais da historia humana, como a opressão e a liberdade, aparecem como temas desafiadores para a pesquisa interdisciplinar e educacional. As pesquisas, experiências e reflexões de Paulo Freire constituem temas profícuos de dialogo sobre educação e ação cultural.

6. Finalmente, em virtude dos diversos tópicos analisados neste trabalho, é preciso concluir que não se justifica, em hipótese alguma, atribuir a Piaget uma concepção biologista e individualista e, menos ainda, um darwinismo social que privilegia a competição e a concorrência. Na podemos esquecer que para Piaget a mola propulsora da evolução do conhecimento e da sociedade é a cooperação e a solidariedade. Nesse ponto ha um encontro, indubitável, com o pensamento de Paulo Freire. Não podemos esquecer também que, segundo o caráter relacional da sociologia de Piaget, entre psicologia e sociologia, entre indivíduo e sociedade, não há oposição e nem sobreposição, mas sim, solidariedade e complementaridade.

## Referências

- DE LA TAILLE, Yves. O lugar da interação social na concepção de Jean Piaget. In: DE LA TAILLE, Yves; DE OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. p. 11-21.
- FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros estudos. São Paulo: Paz e Terra. 2007,
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra. 2008.
- FREIRE, P. A pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREITAG, Bárbara. Sociedade e consciência: um estudo piagetiano na favela e na escola. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- GOLDMANN, Lucien. Marxisme e sciences humaines. Paris: Gallimard, 1970.
- GOLDMANN, Lucien. A criação cultural na sociedade moderna. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- GOLDMANN, Lucien. Epistemologia de la sociologia. In: PIAGET, Jean. Lógica e conhecimento científico. Buenos Aires: Proteo, 1972 (original publicado em 1967).
- GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- HABERMAS, Jürgen. Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo: Brasiliense, 1983 (original publicado em 1976).
- MARX, Carl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: ERICH FROMM. Conceito Marxista do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 81-170.
- MARX, Carl. A ideologia Alemã (Feuerbach). São Paulo: Grijalbo, 1977.
- OLLMAN, Bertell. Alienación. Marx y su concepción del hombre en la sociedad capitalista. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.
- PIAGET, Jean. La naissance de l'intelligence chez l'enfant. Paris: Delachaux et Niestlé, 1977 (primeira publicação em 1936).
- PIAGET, Jean. A construção do real na criança. São Paulo: Ática, 1996 (primeira publicação em 1937).

PIAGET, Jean. Introducción a la epistemología genética. El pensamiento biológico, psicológico e sociológico. Buenos Aires: Paidós, 1975 (publicado original em 1950).

PIAGET, Jean. Estudos sociológicos. Rio de Janeiro: Forense, 1973 (primeira publicação original em 1965).

PIAGET, Jean. Epistémologie des sciences de l'homme. Paris: Gallimard, 1972.